

POLÍTICA

politica@correiodoestado.com.br

FINANÇAS PÚBLICAS

Azambuja destaca medidas para recuperação da economia

Governadores discutiram reformas com Temer e Meirelles na residência de Maia

BRASÍLIA

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) participou ontem com o presidente Michel Temer da discussão da reforma da Previdência e das medidas de ajustes fiscais. Ele destacou os esforços para reorganizar as finanças de Mato Grosso do Sul e depois de ouvir o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, comentou sobre a expectativa de crescimento econômico do País. Para Azambuja, o cenário apresentado pelo ministro renovou o ânimo dos governadores, porque indica a recuperação econômica como fato concreto.

“A retomada do crescimento é uma realidade e vem sendo alavancada pelos governos, setor produtivo e pela sociedade como um todo”, comentou Azambuja. Ele citou o exemplo das medidas adotadas em Mato Grosso do Sul: “Conseguimos fazer o dever de casa, manter o equilíbrio das contas, cumprir



ZECA RIBEIRO/AGÊNCIA CÂMARA

ÂNIMO. Temer conversa com Azambuja sobre situação econômica

as obrigações fiscais, financeiras e orçamentárias, além de reforçar o programa de incentivos fiscais, que resultaram em um ambiente de confiança aos investidores. Não há dúvida

de que esses fatores estão contribuindo para aumentar o número de postos de trabalho e colocar Mato Grosso do Sul como o 3º estado em geração de emprego no País”.

De acordo com Reinaldo, na visão do ministro, a recuperação econômica já está “concretizada”, uma vez que o Produto Interno Bruto (PIB) voltará a crescer a um patamar de 2,7% neste ano. Meirelles atribuiu a volta da confiança dos consumidores e empresários ao ajuste fiscal posto em prática pelo governo federal. Nesse cenário, o ministro destacou durante a reunião, os efeitos do limite aos gastos públicos, aprovado no ano passado, que trarão mais recursos, investimentos e crescimento ao País.

O ministro falou ainda sobre a importância de outras reformas propostas pelo governo, dando como exemplo a reforma da Previdência Social. “A mudança nas regras de aposentadoria, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, será fundamental para estabilizar as despesas públicas”, pontuou o ministro. Entre as medidas previstas na proposta está a adoção de uma idade mi-

nima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres acessarem ao benefício. O tempo de contribuição, de acordo com novo texto da proposta, continua de 25 anos.

Para o governador, o resultado do desequilíbrio do sistema previdenciário é sentido nas contas estaduais, por isso a reforma se faz necessária. “O problema ocorre não só no Estado, mas em todo o País, e temos de construir uma estrutura que ande junto com a reforma que o presidente Temer deve encaminhar ao Congresso, algo que transcende a política. Nossa meta é interromper a trajetória de crescimento elevado do déficit da Previdência para investir mais nas pessoas e promover o desenvolvimento do Brasil”, afirmou Reinaldo.

Durante o encontro, os governadores puderam tirar dúvidas sobre o relatório da reforma da Previdência, elaborado pelo deputado federal relator da proposta, Arthur Oliveira Maia.

Saiba

Governador recebe medalha da Ordem de Rio Branco

Em sua passagem pela Capital Federal, o governador Reinaldo Azambuja foi condecorado pelo ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, com a medalha da Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz. De acordo com o Palácio do Planalto, a honraria é “a mais alta condecoração da diplomacia brasileira” e homenageia pessoas físicas, jurídicas, corporações militares, instituições civis nacionais ou estrangeiras pelos seus “serviços e méritos excepcionais”.

A reunião foi realizada durante almoço na residência oficial da presidência da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com o presidente da República, Michel Temer, ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), 12 governadores, 3 vice-governadores e deputados da base do governo.

REVOGADA

Bumlai livre da prisão por ordem do Supremo

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu, por 3 votos a 2, revogar a prisão domiciliar e, conseqüentemente, libertar o pecuarista José Carlos Bumlai, condenado, na primeira instância, em setembro de 2016, a 9 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de gestão fraudulenta de instituição financeira e corrupção passiva. Preso em novembro de 2015, na 21ª fase da Operação Lava Jato, Bumlai estava no regime de prisão domiciliar desde novembro de 2016, por decisão do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato até então.

A condição de saúde de Bumlai foi alegada pelos ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello e Dias Toffoli como motivo para ir além da decisão de Teori e pôr em liberdade o pecuarista. Gilmar Mendes afirmou que os fatos que motivaram a prisão preventiva, ainda em 2015, são antigos e não justificariam por si só a manutenção da prisão atualmente. Os três ministros, no entanto, fizeram a ressalva de que novas medidas cautelares poderão eventualmente ser aplicadas pelo tribunal que tem a competência para julgar o caso - no momento, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). O pecuarista ainda não foi julgado no segundo grau.

Ficaram vencidos o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, e o ministro Ricardo Lewandowski. Eles tinham votado pela manutenção da prisão domiciliar, confirmando a liminar concedida por Teori.

A Procuradoria-Geral da República tinha se manifestado a favor da manutenção da própria prisão preventiva de Bumlai, o que seria uma decisão mais dura do que havia sido



POSIÇÃO. Bumlai foi preso por determinação de Moro

tomada por Teori Zavascki em novembro.

O pecuarista é protagonista do emblemático empréstimo de R\$ 12 milhões que tomou com o Banco Schahin, em outubro de 2004. O dinheiro, segundo o próprio Bumlai, foi destinado ao PT, na ocasião em dificuldades de caixa. Segundo a Lava Jato, em troca do empréstimo, o Grupo Schahin foi favorecido por um contrato de US\$ 1,6 bilhão sem licitação com a Petrobras, em 2009, para operar o navio sonda Vitória 10.000. Lula, que não é acusado nesta ação, teria dado a “bênção” ao negócio - o que é negado pela defesa do petista. “[Bumlai] Foi beneficiário direto da vantagem indevida, pois formalmente era o devedor. Apesar de afirmar em seu depoimento que teve um papel passivo no esquema criminoso, ele mesmo admitiu que procurou João Vaccari Neto, do Partido dos Trabalhadores, para resolver a questão da dívida, ocasião na qual foi informado de que o contrato com a Petrobras teria esse resultado”, registrou Moro, na sentença de condenação de Bumlai em setembro de 2016.

COMPRA DE VOTO

Prefeita de Fátima é cassada pelo TRE

GABRIELA COUTO

Três municípios do interior do Estado devem dar o pontapé inicial nas mudanças de prefeitos já neste primeiro semestre. O caso já confirmado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) é em Tacuru, a 436 quilômetros de Campo Grande. O município terá eleição suplementar aos cargos de prefeito e vice, no dia 4 de junho.

Isso porque a chapa composta por dr. Claudio (PR) e Adailton (PSDB), candidatos a prefeito e vice, respectivamente, estava com o pedido de registro de candidatura indeferido

no dia da eleição e com recurso judicial em tramitação. Os votos recebidos por eles foram computados como nulos. Com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a favor da chapa, no dia 3 de abril, obrigando um novo processo eleitoral.

Outro município que também deve sofrer mudanças é Fátima do Sul, a 245 quilômetros da Capital. A prefeita eleita, Ilda Machado (PR), e seu vice, Altair Albuquerque (PR), tiveram o mandato cassado na segunda-feira pela Justiça Eleitoral. A mulher do ex-deputado estadual Londres Machado responde pelo crime de compra de votos. Ela foi flagrada

dando dinheiro a um eleitor durante a campanha. Na decisão da juíza eleitoral Rosângela Alves de Lima Fávero, também ficou comprovado que os cabos eleitorais da chapa levaram cartas de potenciais cidadãos que votariam nos candidatos em troca de favores financeiros. A magistrada decretou ainda a inelegibilidade dos candidatos nos próximos oito anos.

Já em Rio Brilhante, a 166 quilômetros de Campo Grande, o prefeito Donato (PSDB) responde por nepotismo e improbidade administrativa no STJ. Ele teria nomeado a esposa, Iraci Montanha, como assessora do Município e venci-

mento de aproximadamente R\$ 8 mil, em valor atualizado. Ele interpsôs recurso para não perder o mandato e para não ter de devolver o montante total dos salários recebidos pela primeira-dama multiplicado em três vezes, além de ficar inelegível de três a cinco anos.

O processo é referente à administração passada do tucano. Mesmo assim, ele foi reeleito. Na época em que o Ministério Público Estadual denunciou o caso, em 2010, Donato chegou a exonerar Iraci, mas encaminhou ao Legislativo projeto de lei para alterar a Lei Orgânica do Município, passando a permitir o nepotismo pelo Executivo em Rio Brilhante.

RECURSOS

Moka nega ser autor de emenda do Mercado

O senador Waldemir Moka (PMDB) entrou em contato com a redação do **Correio do Estado** para esclarecer que não é um dos autores da emenda de R\$ 702 mil do Ministério do Turismo, junto do ex-senador Delcídio do Amaral (sem partido), para revitalizar o Mercado Municipal de Campo Grande. Na edição de ontem, matéria mostrando o caso em que as melhorias no ponto turístico da Capital teriam servido para desviar R\$ 30 mil a um político de codinome “Grão”, de Salvador (BA), o nome do peemedebista foi incluído como um dos responsáveis pela liberação de recursos para as obras. Apenas o ex-petista garantiu os recursos para revitalização do Mercado. (GC)



COMUNICADO DE GREVE À POPULAÇÃO

INFORME PUBLICITÁRIO

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal e MPU do Estado do Mato Grosso do Sul - SINDJUFE/MS, por sua Coordenação Colegiada, indicada como Comando Estadual de Greve, vem informar que **deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 22/04/2017, às 10:30h, pela deflagração de GREVE GERAL dos SERVIDORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO EM MATO GROSSO DO SUL no 28/04/2017, com encerramento para o mesmo dia, e com a seguinte pauta de reivindicações: 1 – Encerramento de qualquer projeto de Reforma Previdenciária; 2 – Encerramento de qualquer projeto de Reforma Trabalhista e extinção da Justiça do Trabalho; 3 – Revogação das normas prejudiciais aos trabalhadores em relação à Terceirização.**

Tal situação somente foi gerada pela culpa exclusiva dos representantes do Poderes Constituídos (Judiciário, Executivo e Legislativo) que paulatinamente vêm desrespeitando os direitos dos Servidores Públicos Federais e em especial de nossa Categoria.

SINDJUFE/MS

Antônio César Amaral Medina - Coordenador Geral do SINDJUFE/MS
CNPJ: 33.784.273/0001-23